



# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP) - Brasil, CEP 04794-000

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("BV") relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

A BV, focada nas modalidades de financiamento de veículos e crédito consignado, está bem posicionada para capturar oportunidades de mercado, por meio de uma extensa rede de distribuição própria e terceirizada em todo o território nacional e de sua parceria estratégica com o Banco do Brasil (BB), atuando como extensão do BB para realização de financiamentos de veículos fora do ambiente de agências.

Nos últimos anos, a BV tem aprimorado continuamente as políticas, processos e modelos de crédito do Varejo, especialmente do negócio de financiamento de veículos.

Em 2017 a BV manteve a postura conservadora na concessão de financiamentos de veículos, continuando a praticar prazos mais curtos e solicitando valores de entrada maiores em relação às safiras anteriores. A BV manteve sua atuação concentrada no financiamento de veículos usados (revendas multimarcas) -

negócio no qual possui reconhecida competência - e obteve importantes conquistas como a queda da inadimplência acima de 90 dias da carteira de Veículos. O volume de origemação de financiamentos de veículos somou R\$ 16,1 bilhões em 2017, sendo 87% referente a veículos leves usados, segmento no qual o Banco possui histórico de liderança e reconhecida competência. A carteira classificada do Varejo encerrou Dez/2017 totalizando R\$ 36,0 bilhões, ante R\$ 33,5 bilhões em Dez/2016.

No negócio de empréstimos consignados a BV manteve o foco no refinanciamento da carteira de consignados INSS e no crescimento da carteira de consignado privado. A carteira total de consignado encerrou Dez/2017 em R\$ 2,8 bilhões, ante R\$ 3,6 bilhões em Dez/2016.

Alinhada à estratégia de diversificar as fontes de receitas alavancando a base de clientes de Varejo, a carteira de cartões de crédito cresceu 18,4% em relação a Dez/2016, e encerrou Dez/2017 em R\$ 1,9 bilhão, com mais de 900 mil cartões ativos.

A BV registrou lucro líquido de R\$ 550 milhões em 2017, ante R\$105 milhões em 2016.

Em 2017 avançamos na estratégia de diversificação de negócios e transformação digital. Implantamos novos produtos com relevantes *fintechs* brasileiras, como Guia Bolso. Consolidamos parcerias para oferta de

Financiamento Estudantil com a Ideal Invest e a Kroton. Lançamos o financiamento para aquisição de placa de energia solar residencial com o Portal Solar, maior *market-place* digital do setor. Em Cartões de Crédito, lançamos o app para celular e ampliamos as opções de resgate de pontos com as novas parcerias Level e Avianca. No 4T17, aportamos R\$1 milhão, por meio do Fundo BR Startups, na "QueroQuitar!", *fintech* de negociação online de dívidas e educação financeira. Lançamos o novo site da BV que possibilita aos clientes finais um canal único para acessar informações dos produtos contratados. Concluímos com sucesso a primeira etapa do programa "Involuntário", um programa conjunto de inovação com o acionista Banco do Brasil, que levou colaboradores de ambas instituições para desenvolver projeto no Vale do Silício.

Atendendo ao disposto no Artigo 8º da Circular nº 3.068/01 do BACEN, a BV Financeira declara que não possui títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

A administração da BV Financeira agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018

**A Diretoria**

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016		Nota	31.12.2017	31.12.2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>19.361.288</b>	<b>20.084.318</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>25.513.004</b>	<b>16.623.685</b>
<b>Disponibilidades</b>	4	<b>3.004</b>	<b>83.328</b>	<b>Depósitos</b>	13a	<b>15.096.034</b>	<b>4.322.156</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>544.150</b>	<b>1.800.818</b>	<b>Depósitos interfinanceiros</b>			
Carteira própria	6a	397.419	586.346	<b>Captações no Mercado Aberto</b>	13c	<b>855.132</b>	<b>2.763.958</b>
Vinculados a compromissos de recompra	6a	-	838.517	Carteira própria		855.132	2.763.958
Vinculados à prestação de garantias	6a	16.887	107.494	<b>Outras Obrigações</b>		<b>9.561.838</b>	<b>9.537.571</b>
Instrumentos financeiros derivativos	6d	129.844	268.461	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.579	15.853
<b>Operações de Crédito</b>	7a	<b>16.199.097</b>	<b>15.748.994</b>	Sociais e estatutárias		597.678	86.153
Setor privado		12.943.519	10.542.709	Fiscais e previdenciárias		367.306	149.011
Operações de crédito vinculadas a cessão		4.800.985	6.723.321	Negociação e intermediação de valores		8.245	4.200
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(1.545.407)	(1.517.036)	Diversas	14b	8.573.030	9.282.354
<b>Outros Créditos</b>		<b>2.529.498</b>	<b>2.354.203</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.158.081</b>	<b>22.166.622</b>
Rendas a receber		7	7	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>14.158.983</b>	<b>22.166.622</b>
Diversos	8	2.539.433	2.372.559	<b>Depósitos</b>	13a	<b>9.586.531</b>	<b>15.291.284</b>
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7a	(10.023)	(18.363)	<b>Depósitos interfinanceiros</b>			
<b>Outros Valores e Bens</b>	9	<b>85.539</b>	<b>96.975</b>	<b>Outras Obrigações</b>	14a	<b>4.572.452</b>	<b>6.875.338</b>
Bens não de uso próprio e materiais em estoque		89.179	99.800	Fiscais e previdenciárias		1.569	-
(Provisão para desvalorizações)		(19.839)	(21.931)	Negociação e intermediação de valores	14b	5.115	6.089
Despesas antecipadas		16.199	19.106	Diversas		4.565.768	6.869.249
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>20.918.992</b>	<b>20.362.900</b>	<b>RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		<b>98</b>	<b>-</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>20.829.909</b>	<b>20.256.725</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>608.195</b>	<b>1.656.911</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>1.219.595</b>	<b>2.319.210</b>	<b>Capital</b>		<b>500.403</b>	<b>1.400.546</b>
Carteira própria	6a	20.490	30.055	De domiciliados no país		500.403	1.400.546
Vinculados a compromissos de recompra	6a	873.814	1.976.144	<b>Reservas de Lucros</b>		<b>81.001</b>	<b>246.811</b>
Vinculados à prestação de garantias	6a	325.291	313.011	<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	17c	<b>26.791</b>	<b>9.554</b>
<b>Operações de Crédito</b>	7a	<b>16.421.004</b>	<b>14.471.984</b>				
Setor privado		13.567.520	9.789.954				
Operações de crédito vinculadas a cessão		3.513.905	5.442.750				
(Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa)		(660.421)	(760.720)				
<b>Outros Créditos</b>		<b>3.126.983</b>	<b>3.247.879</b>				
Diversos	8	3.137.209	3.247.879				
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	7a	(10.226)	-				
<b>Outros Valores e Bens</b>	9	<b>62.327</b>	<b>217.652</b>				
Despesas antecipadas		62.327	217.652				
<b>PERMANENTE</b>		<b>89.083</b>	<b>106.175</b>				
<b>Investimentos</b>		<b>41.331</b>	<b>41.933</b>				
Outros investimentos	10	51.663	61.753				
(Imparidade acumulada)	10	(10.332)	(19.820)				
<b>Imobilizado de Uso</b>	11	<b>35.105</b>	<b>45.309</b>				
Outras imobilizações de uso		127.859	129.986				
(Depreciação acumulada)		(92.754)	(84.677)				
<b>Intangível</b>	12	<b>12.647</b>	<b>18.933</b>				
Ativos intangíveis		65.854	59.392				
(Amortização acumulada)		(52.021)	(40.273)				
(Imparidade acumulada)		(1.186)	(186)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>40.280.280</b>	<b>40.447.218</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>40.280.280</b>	<b>40.447.218</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

EVENTOS	Nota	Capital social		Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Outras reservas			
<b>Saldos em 31.12.2015</b>			<b>916.422</b>	<b>48.248</b>	<b>602.540</b>	<b>(69.939)</b>	-	<b>1.497.271</b>
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	17c	-	-	-	-	79.493	-	79.493
Aumento de capital	17a	484.124	-	(484.124)	-	-	-	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	105.112	105.112
Destinações:								
Reserva legal		-	5.255	-	-	(5.255)	-	-
Dividendos	17d	-	-	-	-	(24.965)	(24.965)	-
Reserva especias de lucros		-	-	-	74.892	(74.892)	-	-
<b>Saldos em 31.12.2016</b>			<b>1.400.546</b>	<b>53.503</b>	<b>193.308</b>	<b>9.554</b>	-	<b>1.656.911</b>
<b>Mutações do Período</b>			<b>484.124</b>	<b>5.255</b>	<b>(409.232)</b>	<b>79.493</b>	-	<b>195.610</b>
<b>Saldos em 30.06.2017</b>			<b>1.500.403</b>	<b>65.159</b>	<b>118.415</b>	<b>20.080</b>	<b>221.473</b>	<b>1.925.530</b>
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	17c	-	-	-	-	6.711	-	6.711
Reversão de reserva especiais de lucros		-	-	(118.415)	-	-	(118.415)	-
Redução de capital	17a	(1.000.000)	-	-	-	-	(1.000.000)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	316.850	316.850
Destinações:								
Reserva legal		-	15.842	-	-	(15.842)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17d	-	-	-	-	(130.621)	(130.621)	-
Dividendos adicionais	17d	-	-	-	-	(391.860)	(391.860)	-
<b>Saldos em 31.12.2017</b>			<b>500.403</b>	<b>81.001</b>	<b>193.308</b>	<b>26.791</b>	-	<b>608.195</b>
<b>Mutações do Período</b>			<b>(1.000.000)</b>	<b>15.842</b>	<b>(118.415)</b>	<b>6.711</b>	<b>(221.473)</b>	<b>(1.317.335)</b>
<b>Saldos em 31.12.2016</b>			<b>1.400.546</b>	<b>53.503</b>	<b>193.308</b>	<b>9.554</b>	-	<b>1.656.911</b>
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	17c	-	-	-	-	17.237	-	17.237
Reversão de dividendos propostos exercício anterior		-	-	24.964	-	-	-	24.964
Reversão de reserva especiais de lucros		-	-	(118.415)	-	-	-	(118.415)
Aumento de capital	17a	99.857	-	(99.857)	-	-	-	-
Redução de capital	17a	(1.000.000)	-	-	-	-	(1.000.000)	-
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	549.979	549.979
Destinações:								
Reserva legal		-	27.498	-	-	(27.498)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17d	-	-	-	-	(130.621)	(130.621)	-
Dividendos adicionais	17d	-	-	-	-	(391.860)	(391.860)	-
<b>Saldos em 31.12.2017</b>			<b>500.403</b>	<b>81.001</b>	<b>193.308</b>	<b>26.791</b>	-	<b>608.195</b>
<b>Mutações do Período</b>			<b>(900.143)</b>	<b>27.498</b>	<b>(193.308)</b>	<b>17.237</b>	-	<b>(1.048.716)</b>

O Lucro por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado. As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016	
<b>Receitas</b>		<b>3.386.038</b>	<b>6.863.234</b>	<b>7.509.731</b>	
Receitas de intermediação financeira		4.096.984	8.394.295	9.361.344	
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15a/15b	528.854	794.195	742.030	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	(832.150)	(1.658.874)	(2.084.126)	
Outras receitas/(despesas)	15e/15f/16	(407.650)	(846.382)	(509.517)	
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(1.728.347)</b>	<b>(3.890.633)</b>	<b>(5.412.388)</b>	
<b>Insunhos Adquiridos de Terceiros</b>	15d	<b>(438.947)</b>	<b>(831.148)</b>	<b>(823.559)</b>	
Materiais, água, energia e gás		(2.754)	(5.543)	(6.504)	
Serviços de terceiros		(8.217)	(12.152)	(8.385)	
Comunicações		(33.225)	(65.990)	(75.751)	
Processamento de dados		(59.008)	(120.414)	(117.777)	
Transporte		(6.906)	(13.279)	(11.126)	
Serviços de vigilância e segurança		(182)	(609)	(877)	
Serviços técnicos especializados		(174.540)	(328.203)	(329.859)	
Serviços do sistema financeiro		(38.918)	(79.388)	(77.221)	
Propaganda e publicidade		(11.381)	(19.498)	(5.842)	
Emolumentos judiciais e cartórios		(45.027)	(86.648)	(100.331)	
Outras		(58.789)	(99.424)	(89.886)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>1.218.744</b>	<b>2.141.453</b>	<b>1.273.784</b>	
Despesas de amortização/depreciação	15d	(13.308)	(22.375)	(20.693)	
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>		<b>1.205.436</b>	<b>2.119.078</b>	<b>1.253.091</b>	
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>		<b>1.205.436</b>	<b>2.119.078</b>	<b>1.253.091</b>	
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>362.180</b>	<b>672.906</b>	<b>703.734</b>	
Salários, honorários e demandas trabalhistas	15c	268.998	464.120	527.331	
Participação de empregados e administradores nos lucros e resultados		30.524	88.563	58.842	
Benefícios e treinamentos	15c	49.508	92.817	92.508	
FGTS		13.150	27.406	25.053	
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>		<b>512.689</b>	<b>42,53%</b>	<b>864.700</b>	<b>40,81%</b>
Federais		489.116	820.786	374.231	
Estaduais		111	127	5	
Municipais		23.462	43.787	34.348	
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	15d	<b>13.717</b>	<b>31,49%</b>	<b>35.661</b>	<b>2,85%</b>
Aluguéis		13.717	31.493	35.661	
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>		<b>316.850</b>	<b>26,29%</b>	<b>549.979</b>	<b>25,95%</b>
Lucro retido		(205.631)	27.498	80.147	
Dividendos		522.481	522.481	24.965	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

**1. A BV FINANCEIRA E SUAS OPERAÇÕES**

A BV

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

As operações de crédito, que são objetos de *hedge* de risco de mercado, são avaliadas pelo seu valor de mercado utilizando critério consistente e verificável. Os ajustes de avaliação a valor de mercado dessas operações são registrados em operações de crédito, em contrapartida de Resultado com instrumentos financeiros derivativos.

O resultado das cessões de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011 foi apurado na data da cessão, sendo reconhecido integralmente, mediante baixa dos ativos correspondentes, independente da retenção ou não do risco. Para a carteira de operações de crédito cedidas com coobrigação, a Administração constitui provisão para perdas, registrada em Outras obrigações - Diversas - Credores Diversos - no País.

A partir de 02 de janeiro de 2012, os ativos financeiros cedidos consideram o grau de transferência dos riscos e benefícios dos ativos transferidos para uma outra Companhia:

- Quando são transferidos ativos financeiros para uma outra Companhia, mas não há transferência substancial dos riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos, os ativos permanecem reconhecidos no Balanço da Companhia; e
- Quando são transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos para uma Companhia, os ativos são baixados do Balanço da Companhia.

**Despesas antecipadas**  
 São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A partir de 02 de janeiro de 2015, em observação aos requerimentos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, dois terços da remuneração referente à originação, ocorrida em 2015, de operações de crédito ou de arrendamento mercantil encaminhada por correspondentes são registrados no ativo, sendo a parcela restante reconhecida como despesa do período no momento da originação. Os valores registrados no ativo com base na faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014 são amortizados de forma linear, no prazo máximo de 36 meses.

A partir de 1º de janeiro de 2020, todos os valores eventualmente registrados no ativo, relativos à remuneração de correspondentes no país, serão imediatamente baixados, tendo como contrapartida a adequada conta de despesa do período.

**Ativo permanente**  
 Investimentos, os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

**Imobilizado de Uso:** o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 11).

**Intangível:** o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente a licenças (Nota Explicativa nº 12). A amortização é efetuada pelo método linear com base no prazo que o benefício é gerado, a partir da data de disponibilização do ativo intangível para uso e contabilizada em Outras Despesas Administrativas - Amortização (Nota Explicativa nº 15d).

**Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade**  
 A Companhia avalia ao fim de cada período, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

**Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:**  
**Intangível**  
*Softwares* - os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades da Companhia, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* não atinja a geração de benefícios econômicos futuros previstos pela Administração, ajusta-se o valor recuperável do ativo intangível.

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas Notas Explicativas.

**Benefícios a empregados**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de benefícios a empregados de curto e longo prazo são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, aprovado pela Resolução CMN nº 4.424/2015. Em consonância com o Princípio da competência, o pronunciamento requer que a Companhia reconheça um passivo em contrapartida do resultado do período quando o colaborador presta serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro.

A Companhia possui um programa de remuneração variável elegível aos seus diretores e empregados. Os valores a serem pagos atualizados de acordo com o período de carência (de 1 a, no máximo, 4 anos) e com as características de cada benefício são registrados em "Outras obrigações diversas - Provisão para pagamentos a efetuar" em contrapartida à rubrica de "Despesas de pessoal - Proventos". Detalhes do programa estão divulgados na Nota Explicativa nº 20.

**Depósitos e captações no mercado aberto**  
 Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata* die.

**Tributos**  
 Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (10)	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

(10) Alíquota aplicada às empresas financeiras, desde 01 de setembro de 2015 (a alíquota era de 15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei nº 13.169/2015.

**Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais**  
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 21).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos no contabilidade, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

**Outros ativos e passivos**  
 Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata* die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* die.

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Disponibilidades</b>		
Disponibilidades em moeda nacional	1.894	81.971
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.110	1.357
<b>Total</b>	<b>3.004</b>	<b>83.328</b>

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ</b>			
<b>Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez</b>			
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 6b)	-	-	141
<b>Total</b>	-	-	<b>141</b>

**TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**  
**Ativos e valores mobiliários - TVM**  
 Na demonstração "Balanço Patrimonial", os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de Mercado</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

Os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento" estão contabilizados nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001 pelo valor de custo. Para fins de apresentação do quadro acima, estas operações estão apresentadas ao valor de mercado.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos
<b>Valor de Mercado</b>	<b>397.419</b>	<b>16.887</b>	<b>1.107.972</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>16.887</b>	<b>1.107.972</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de Mercado</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

	31.12.2017			31.12.2016		
	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360	Sem vencimento	31 a 180	181 a 360
<b>Valor de custo</b>	<b>397.419</b>	<b>13.099</b>	<b>3.788</b>	<b>1.219.595</b>	<b>1.628.458</b>	<b>1.633.901</b>
<b>Marcação a mercado</b>	<b>66.423</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>
<b>Total</b>	<b>397.419</b>	<b>2.395.171</b>	<b>5.443</b>	<b>1.235.912</b>	<b>66.423</b>	<b>5.443</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**  
*(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)*

**e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco**

Nível de Risco	% Provisão
AA	0%
A	0,5%
B	1%
C	3%
D	10%
E	30%
F	50%
G	70%
H	100%
<b>Total</b>	<b>35.592.182</b>
<b>(+/-) Ajuste ao valor de mercado <sup>(1)</sup></b>	<b>399.669</b>
<b>Total da carteira de crédito ajustada ao valor de mercado</b>	<b>35.991.851</b>

<sup>(1)</sup> Refere-se ao ajuste ao valor de mercado das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado.

**f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>2.229.496</b>	<b>2.296.119</b>	<b>2.116.840</b>
Reforço/(reversão)	832.150	1.658.874	2.084.126
Baixas para prejuízo	(835.569)	(1.728.916)	(1.904.847)
<b>Saldo final</b>	<b>2.226.077</b>	<b>2.226.077</b>	<b>2.296.119</b>

**g) Concentração das operações de crédito**

	31.12.2017	% da carteira	31.12.2016	% da carteira
Maior Devedor	2.033	0,01%	2.165	0,01%
10 Maiores Devedores	10.003	0,03%	10.829	0,03%
20 Maiores Devedores	15.796	0,04%	16.554	0,05%
50 Maiores Devedores	27.699	0,08%	27.261	0,08%
100 Maiores Devedores	41.977	0,12%	39.537	0,12%

**h) Informações sobre cessões de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011**  
 No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não apurou despesas de liquidação antecipada, as quais são reconhecidas integralmente em contas de resultado (R\$ 2.470 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). No mesmo período, apurou receita com a reversão de provisão para perdas de R\$ 101 (R\$ 7.182 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016), referente às cessões realizadas até 31 de dezembro de 2011.

**i) Informações sobre cessões de crédito realizadas a partir de 1 de janeiro de 2012**  
 Desde o primeiro trimestre de 2017, a Companhia já não possui exposição a essas operações.

**j) Cessões com coobrigação**  
 Foram realizadas transferências de ativos financeiros (operações de crédito), com retenção substancial dos riscos e benefícios para partes relacionadas.

	31.12.2017	Passivo referente à obrigação assumida <sup>(1)</sup>	31.12.2016	Passivo referente à obrigação assumida <sup>(1)</sup>
Instituições financeiras - Partes relacionadas	8.314.890	9.445.296	12.166.071	13.755.869
<b>Total</b>	<b>8.314.890</b>	<b>9.445.296</b>	<b>12.166.071</b>	<b>13.755.869</b>

<sup>(1)</sup> Registrado na rubrica Outras obrigações - Diversas - Obrigações de operações vinculadas às cessões (Nota 14b).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas com venda ou transferência de ativos totalizaram R\$ 2.246.857 (R\$ 3.224.692 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e as despesas com obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros totalizaram R\$ 1.387.074 (R\$ 2.208.256 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). A Companhia não adotou a opção prevista na Resolução CMN nº 4.036/2011 sobre o tratamento das perdas de liquidações antecipadas, reconhecendo as perdas integralmente no momento em que elas ocorrem.

**k) Movimentação dos créditos renegociados**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Saldo inicial</b>	<b>3.565.315</b>	<b>3.828.588</b>	<b>4.374.225</b>
Contratações (Recebimento) e apropriação de juros	893.566	1.946.259	1.859.972
Baixa para prejuízo	(933.386)	(2.081.257)	(2.002.309)
Outras	(144.465)	(312.553)	(402.307)
<b>Saldo final</b>	<b>3.381.030</b>	<b>3.381.030</b>	<b>3.828.581</b>

**l) Informações complementares**

	31.12.2017	31.12.2016
Créditos contratados a liberar	2.034.225	1.505.532
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo <sup>(1)</sup>	248.771	464.413
<b>Total</b>	<b>2.282.996</b>	<b>1.969.945</b>

<sup>(1)</sup> Registrado no resultado na linha de Receitas de Intermediação Financeira - Receitas de Operação de Crédito, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

**8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	31.12.2017	31.12.2016
Adiantamentos e antecipações salariais	1.470	1.640
Ativo fiscal diferido - Crédito Tributário (Nota 18e)	3.764.477	4.063.164
Devedores diversos - no País	119.959	82.395
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21g)	497.340	478.036
Impostos e contribuições a compensar	121.646	30.988
Operações com cartão de crédito (Nota 7a)	1.163.889	956.900
Títulos e créditos a receber (Nota 7a)	2.033	2.165
Valores a receber de sociedades ligadas	1.047	593
Outros	4.691	4.577
<b>Total</b>	<b>5.676.642</b>	<b>5.620.438</b>
Ativo circulante	2.539.433	2.372.559
Ativo não circulante	3.137.209	3.247.879

**9. OUTROS VALORES E BENS**

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Bens não de uso próprio e materiais em estoque</b>	<b>89.179</b>	<b>99.800</b>
Imóveis	234	-
Veículos e afins	88.663	98.828
Outros	262	972
<b>(Provisão para desvalorização)</b>	<b>(19.839)</b>	<b>(21.931)</b>
<b>Despesas antecipadas</b>	<b>78.526</b>	<b>236.758</b>
Comissões por intermediação de operações <sup>(1)</sup>	72.287	230.722
Despesas de seguros	3.168	2.531
Despesas de processamento de dados	1.032	2.212
Despesas de serviços do sistema financeiro	73	72
Despesas de serviços técnicos especializados	742	772
Outras	1.224	449
<b>Total</b>	<b>147.866</b>	<b>314.627</b>
Ativo circulante	85.539	96.975
Ativo não circulante	62.327	217.652

<sup>(1)</sup> Referem-se aos valores a diferir dos custos associados à produção de operações de crédito concedidos incorridos na sua origemação.

As comissões sobre operações de crédito originadas a partir de 02 de janeiro de 2015, nos termos da Resolução CMN nº 4.294/2013, e em consonância com a faculdade prevista na Circular BACEN nº 3.738/2014, tiveram remuneração dos correspondentes parcialmente reconhecidas no ativo, cujo saldo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 62.166 (R\$ 170.886 em 31 de dezembro de 2016).

**10. INVESTIMENTOS**

	31.12.2017	31.12.2016
Investimentos por incentivos fiscais	51.663	61.753
Diferenças acumuladas	(10.332)	(19.820)
<b>Total</b>	<b>41.331</b>	<b>41.933</b>

**11. IMOBILIZADO DE USO**

	31.12.2016	Exercício/2017	31.12.2017	Saldo contábil	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Instalações	29.615	670	(5.952)	61.175	(36.842)	24.333
Móveis e equipamentos de uso	5.099	(383)	(975)	12.074	(8.333)	3.741
Sistema de comunicação	30	14	(7)	3.313	(3.276)	37
Sistema de processamento de dados	10.565	76	(3.682)	50.851	(43.892)	6.959
Sistema de segurança	-	41	(6)	59	(24)	35
Sistema de transporte	-	-	-	387	(387)	-
<b>Total</b>	<b>45.309</b>	<b>418</b>	<b>(10.622)</b>	<b>127.859</b>	<b>(92.754)</b>	<b>35.105</b>

**12. INTANGÍVEL**

**Movimentação e composição**

	31.12.2016	Exercício/2017	31.12.2017	Saldo contábil	Amortização de custo	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Licenças de uso	15.115	4.950	(10.373)	54.210	(44.518)	-	9.692
Acordos por direitos de comercialização	85	-	(85)	5.000	(5.000)	-	-
Softwares adquiridos	1.581	521	(755)	2.774	(1.427)	-	1.347
Softwares desenvolvidos internamente	2.152	-	(4)	(540)	2.870	(1.076)	(186)
Marcas e patentes	-	-	-	1.000	-	(1.000)	-
<b>Total</b>	<b>18.933</b>	<b>5.471</b>	<b>(4)</b>	<b>(11.753)</b>	<b>65.854</b>	<b>(52.021)</b>	<b>12.647</b>

**b) Estimativa de amortização**

	2018	2019	2020	Total
Valores a amortizar	9.915	2.104	628	12.647

**13. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO**

**a) Depósitos**

	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos interfinanceiros	24.682.565	19.613.440
<b>Total</b>	<b>24.682.565</b>	<b>19.613.440</b>

**b) Segregação de depósitos por prazo de exigibilidade**

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos interfinanceiros	8.036.154	7.059.880	9.586.531	24.682.565	19.613.440
<b>Total</b>	<b>8.036.154</b>	<b>7.059.880</b>	<b>9.586.531</b>	<b>24.682.565</b>	<b>19.613.440</b>

**c) Captações no mercado aberto**

	31.12.2017	31.12.2016
<b>Carteira Própria</b>	<b>855.132</b>	<b>2.763.958</b>
Letras do Tesouro Nacional	278.038	444.844
Notas do Tesouro Nacional	577.094	2.319.114
<b>Total</b>	<b>855.132</b>	<b>2.763.958</b>
Passivo circulante	855.132	2.763.958

**d) Despesas com operações de captação no mercado**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Despesas de Captações com Depósitos</b>	<b>(1.061.331)</b>	<b>(2.391.745)</b>	<b>(2.841.797)</b>
Despesas interfinanceiras	(1.061.331)	(2.391.745)	(2.841.797)
<b>Despesas de Captações no Mercado Aberto</b>	<b>(30.612)</b>	<b>(111.791)</b>	<b>(362.191)</b>
Carteira própria	(30.612)	(111.791)	(362.191)
Outras	(20)	(23)	(144)
<b>Total</b>	<b>(1.091.963)</b>	<b>(2.503.559)</b>	<b>(3.204.132)</b>

**14. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**a) Fiscais e previdenciárias**

	31.12.2017	31.12.2016
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	139.960	3.245
Passivos fiscais diferidos (Nota 18d)	181.675	107.098
Impostos e contribuições a recolher	47.240	38.668
<b>Total</b>	<b>368.875</b>	<b>149.011</b>
Passivo circulante	367.306	149.011
Passivo não circulante	1.569	-

**b) Diversas**

	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações de operações vinculadas a cessões (Nota 7) <sup>(1)</sup>	9.445.296	13.755.869
Obrigações por aquisição de bens e direitos	7	25
Provisão para pagamentos a efetuar	175.035	175.997
Provisões para demandas cíveis (Nota 21e1)	294.254	292.337
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 21e1)	808.466	714.653
Provisões para demandas fiscais (Nota 21e1) <sup>(2)</sup>	33.348	31.749
Provisão para perdas - Outros riscos	18.810	42.939
Cretores diversos - no País	101.677	86.973
Operações com cartão de crédito	1.225.068	989.175
Valores a pagar a sociedades ligadas <sup>(3)</sup>	1.017.835	14.753
Provisão para reestruturações	19.002	47.137
<b>Total</b>	<b>13.138.798</b>	<b>16.151.603</b>
Passivo circulante	8.573.030	9.282.354
Passivo não circulante	4.565.768	6.869.249

<sup>(1)</sup> Refere-se a obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros com retenção substancial de riscos e benefícios, realizadas a partir de 01 de janeiro de 2012, conforme regulamentação vigente.

<sup>(2)</sup> Inclui obrigações legais.

<sup>(3)</sup> Inclui valores a pagar referente à redução de capital da Companhia.

	31.12.2017			31.12.2016		
	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão Existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente
17.506.310	(87.532)	(87.532)	17.406.008	(87.030)	(87.030)	
6.858.021	(68.580)	(68.580)	5.698.736	(56.987)	(56.987)	
7.844.678	(235.340)	(235.340)	6.615.154	(198.455)	(198.455)	
1.037.392	(103.739)	(103.739)	982.844	(98.284)	(98.284)	
469.946	(140.984)	(140.984)	477.306	(143.192)	(143.192)	
360.833	(180.417)	(180.417)	436.536	(218.268)	(218.268)	
351.722	(246.205)	(246.205)	368.248	(257.774)	(257.774)	
1.163.280	(1.163.280)	(1.163.280)	1.236.129	(1.236.129)	(1.236.129)	
<b>35.592.182</b>	<b>(2.226.077)</b>	<b>(2.226.077)</b>	<b>33.220.961</b>	<b>(2.296.119)</b>	<b>(2.296.119)</b>	
<b>399.669</b>	-	-	<b>236.838</b>	-	-	
<b>35.991.851</b>	-	-	<b>33.457.799</b>	-	-	

**15. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS**

**a) Receitas de prestação de serviços**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Transações de cartão de crédito	51.426	97.515	80.259
Comissão de corretagem de seguros	15.011	47.348	18.250
Prestados a ligadas	-	-	17.457
Outros serviços	1.524	2.373	2.366
<b>Total</b>	<b>67.961</b>	<b>147.236</b>	<b>118.332</b>

**b) Rendas de tarifas bancárias**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Confecção de cadastro	238.960	424.987	318.607
Avaliação de bens	159.577	286.958	213.231
Cartões de crédito	62.356	115.014	91.860
<b>Total</b>	<b>460.893</b>	<b>826.959</b>	<b>623.698</b>

**c) Despesas de pessoal**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Honorários e pró labore	(2.378)	(4.518)	(7.166)
Benefícios	(47.364)	(90.456)	(92.230)
Encargos sociais	(50.750)	(101.486)	(95.746)
Proventos	(146.459)	(268.957)	(277.401)
Demandas trabalhistas	(120.161)	(190.645)	(242.764)
Treinamentos	(2.144)	(2.361)	(278)
<b>Total</b>	<b>(369.256)</b>	<b>(658.423)</b>	<b>(715.585)</b>

**d) Outras despesas administrativas**

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
Água, energia e gás	(1.189)	(2.699)	(3.719)
Aluguéis	(13.717)	(31.493)	(35.661)
Comunicações	(33.225)	(65.990)	(75.751)
Manutenção e conservação de bens	(6.549)	(12.230)	(11.664)
Material	(1.565)	(2.844)	(2.785)
Processamento de dados	(59.008)	(120.414)	(117.777)
Promoções e relações públicas	(5.402)	(8.037)	(7.202)
Propaganda e publicidade	(11.381)	(19.498)	(5.842)
Publicações	-	-	(167)



# BV FINANCEIRA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 01.149.953/0001-89

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 12º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP) - Brasil, CEP 04794-000

☆ continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

### e.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais, cíveis, trabalhistas classificadas como prováveis

	2º Semestre/2017	Exercício/2017	Exercício/2016
<b>Demandas fiscais</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>28.504</b>	<b>28.735</b>	<b>33.276</b>
Constituições	700	1.507	1.536
Reversões	(398)	(1.768)	(6.036)
Baixas	(784)	(784)	(1.493)
Atualizações	527	859	1.452
<b>Saldo final</b>	<b>28.549</b>	<b>28.549</b>	<b>28.735</b>
<b>Demandas cíveis</b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>306.416</b>	<b>292.337</b>	<b>290.780</b>
Constituições	57.940	108.561	133.092
Reversões	(42.206)	(80.438)	(87.498)
Baixas	(40.453)	(72.591)	(105.794)
Atualizações	12.557	46.385	61.757
<b>Saldo final</b>	<b>294.254</b>	<b>294.254</b>	<b>292.337</b>
<b>Demandas trabalhistas <sup>(1)</sup></b>			
<b>Saldo inicial</b>	<b>738.461</b>	<b>714.653</b>	<b>749.001</b>
Constituições	179.411	283.869	381.232
Reversões	(63.739)	(130.467)	(325.312)
Baixas	(71.553)	(124.369)	(164.393)
Atualizações	25.886	64.780	74.125
<b>Saldo final</b>	<b>808.466</b>	<b>808.466</b>	<b>714.653</b>
<b>Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis</b>	<b>1.131.269</b>	<b>1.131.269</b>	<b>1.035.725</b>

<sup>(1)</sup> Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui inputs de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Essa alteração ocorreu em um incremento na provisão de R\$ 21.666.

### e.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2017		
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	808.466	19.483	294.254
De 5 a 10 anos	-	9.066	-
<b>Total</b>	<b>808.466</b>	<b>28.549</b>	<b>294.254</b>

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

### f) Passivos contingentes - Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

#### Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais <sup>(1)</sup>	381.281	411.214
Demandas cíveis <sup>(2)</sup>	84.895	31.546
Demandas trabalhistas <sup>(3)</sup>	343.284	440.856
<b>Total</b>	<b>809.460</b>	<b>883.616</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se basicamente: a) INSS R\$ 81.967 (R\$ 79.271 em 31 de dezembro de 2016); b) IRPJ de exercício de destinação ao FINOR (2004 a 2010) R\$ 33.688 (R\$ 32.303 em 31 de dezembro de 2016); c) ISS R\$ 7.431 (R\$ 7.251 em 31 de dezembro de 2016); d) IPVA (Terceiros) - R\$ 23.629 (R\$ 14.647 em 31 de dezembro de 2016); e) Multa de Infração (não homologação de DCOMP) R\$ 84.193 - êxito no CARF em um dos Processos Administrativos, sem possibilidade de Recurso (R\$ 142.804 em 31 de dezembro de 2016); f) Perdas com renegociações: indebitabilidade - R\$ 108.648, sendo R\$ 73.416, relativos ao IRPJ e R\$ 35.231 CSLL (R\$ 104.520 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$ 70.627 de IRPJ e R\$ 33.893 de CSLL).

<sup>(2)</sup> Referem-se, basicamente, às ações de cobrança.

<sup>(3)</sup> Referem-se a processos movidos, na grande maioria, por ex-empregados, cuja natureza das reclamações envolve indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Em Outubro de 2017 foram aprimorados os critérios de mensuração de riscos, de forma que o modelo de avaliação massificado foi incorporado ao modelo que inclui *inputs* de riscos com maior granularidade, bem como os efeitos da realização de acordos judiciais. Os montantes de passivos contingentes classificados como possíveis divulgado em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 223.587 foram reapresentados, com objetivo de demonstrar para ambos os períodos a apuração do risco de perda possível à luz dessa nova modelagem de cálculo de provisão implementado, para fins de comparabilidade.

### g) Depósitos em garantia de recursos

#### Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2017	31.12.2016
Demandas fiscais	26.797	20.134
Demandas cíveis	177.693	200.319
Demandas trabalhistas	292.940	257.583
<b>Total</b>	<b>497.430</b>	<b>478.036</b>

### h) Obrigações legais

A Companhia mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal o montante de R\$ 4.799 (R\$ 3.014 em 31 de dezembro de 2016).

As principais ações referem-se a: i) Ação Declaratória visando à declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora à apuração e ao recolhimento da contribuição ao Seguro contra Acidentes de Trabalho - SAT mediante aplicação do Fator Acidentário de Proteção - FAP, a partir de janeiro de 2010, cujo montante provisionado é de R\$ 2.443 (R\$ 2.304 em 31 de dezembro de 2016); e ii) Liminar em Mandado de Segurança visando a dedução com a despesa de ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS, no importe de R\$ 2.356, em 31 de dezembro de 2017.

A outra ação refere-se ao PIS LC 07/70.

### i) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

Os principais temas discutidos nessas ações referem-se à cobrança de tarifas e questões envolvendo crédito consignado para aposentados e pensionistas do INSS.

## 22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

### a) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

O retorno financeiro é apurado através de processos que permitem o acompanhamento da rentabilidade gerencial das várias linhas de negócio, consistentemente com a programação orçamentária e de forma aderente aos resultados contábeis realizados.

Em síntese, o Conglomerado adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- Visão consolidada de riscos;
- Compatibilização entre níveis de exposição a riscos, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- Segregação funcional entre áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- Adoção de metodologias de cálculo de riscos alinhadas às práticas de mercado; e
- Envolvimento da Alta Administração.

### b) Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveiente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de o Conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de o Conglomerado não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

### d) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado.

### e) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

### f) Gerenciamento de capital

Seguindo as regulamentações do BACEN e, em consonância com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, a Companhia adota as diretrizes prudenciais de gestão de Capital de forma consolidada visando uma administração eficiente e sustentável de seus recursos e colaborando para a promoção da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional.

Em linha com a Resolução CMN nº 3.988 e a Circular BACEN nº 3.846, a Companhia dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Identificação e avaliação dos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;

- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Relatório Anual do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP).

Em março de 2017 o Bacen publicou a Resolução nº 4.557, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, revogando as Resoluções CMN nº 3.988, nº 3.380, nº 3.464, nº 3.721, nº 4.090 após prazo de implementação das novas recomendações previsto na norma. O Banco Votorantim está classificado no Segmento 2 (S2), conforme Resolução nº 4.553 do CMN, neste caso, a Resolução nº 4.557 deve ser implementada até fevereiro de 2018.

### Suficiência de capital (visão regulatória)

A gestão do capital na Companhia é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da Companhia.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a Companhia elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

#### Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente.

Destaca-se que a partir de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

I - nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar;

II - nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de Capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Desde janeiro de 2014, a Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais a serem deduzidos do Patrimônio de Referência:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos e eles associados;
- participação de não controladores;
- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de Companhias assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e Companhias abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.192/2013, as deduções referentes aos ajustes prudenciais serão efetuadas de forma gradativa, em 20% ao ano, de 2014 a 2018, com exceção dos ativos diferidos e instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras, os quais já estão sendo deduzidos na sua integralidade, desde outubro de 2013.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de dezembro de 2017, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,53% (15,06% em 31 de dezembro de 2016).

Em atendimento à Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos disponibilizadas no *website*: [www.bancovotorantim.com.br/ri](http://www.bancovotorantim.com.br/ri)

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

### a) Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da Companhia líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do relatório do referido comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2017.

### b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

#### Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017

Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro Garantia - Fiança para processos judiciais	407.312	3.775
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	137.166	32

## A DIRETORIA

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2018



KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche  
Contador - CRC 1SP245785/O-2